

São Tomé and Príncipe

Análise orçamental sensível ao risco



Building Disaster
Resilience in
Sub-Saharan Africa



An initiative of the African, Caribbean and Pacific Group of
States funded by the European Union

SENDAI FRAMEWORK
FOR DISASTER RISK REDUCTION 2015-2030



UNDRR

UN Office for Disaster Risk Reduction

Relatório de Países do Gabinete das NU para a Redução do Risco das Calamidades no âmbito do Plano do Investimento Público para a Redução do Risco às Calamidades

Esta série foi projectada para disponibilizar aos leitores mais amplos estudos seleccionados sobre o planeamento de investimentos públicos para redução de riscos de calamidades (DRR) em cooperação com os Estados Membros.

Os Relatórios dos Países do Gabinete da ONU para Redução de Riscos de Calamidades não devem ser considerados como representando as opiniões oficiais do Gabinete das Nações Unidas para Redução de Riscos de Calamidades ou de seus países membros. As opiniões expressas e os argumentos adiantados são do (s) autor (es).

Os Relatórios de países descrevem os resultados preliminares ou de pesquisa ainda em curso(s) autor(s) e são publicados para encorajar o debate numa gama de relacionados com a DRR.



Funded by the European Union

Índice

Lista de Imagens	ii
Lista de Tabelas.....	iii
Caixas de Textos	iii
Lista de Acrónimos.....	iv
Equivalência de Moedas,.....	iv
Agradecimentos	v
Síntese.....	vi
1. Introdução	1
2. Um piscar de olho sobre São Tomé e Príncipe	2
3. Redução do Risco de Calamidades em São Tomé & Príncipe	3
3.1. Perdas passadas por calamidades	3
3.2. Governação do Risco das Calamidades.....	4
4. Revisão Orçamental Sensível ao Risco	5
4.1. Metodologia	5
4.2. Âmbito da Análise	6
4.3. Orçamentos DRR Marcados Principal e Significativo	7
4.4. Orçamento DRR Marcado no ciclo DRR	13
5. Conclusão	17
Referências.....	19
Anexo I. Metodologia de Revisão do Orçamento Sensível ao Risco.....	20
Anexo 2: Tabelas	23

Lista de Imagens

Imagem 1: Estrutura da Organização de Gestão das Calamidades em São Tomé e Príncipe.....	4
Imagem 2: Decisão da regra de pontuação.....	6
Imagem 3: Orçamento DRR Mercado Médio	8
Imagem 4: Orçamento DRR Mercado Principal por Sectores.....	8
Imagem 5: Orçamento DRR Mercado Significativo por sector.....	9
Imagem 6: Orçamento DRR Mercado Principal por Ministérios.....	10
Imagem 7: Orçamento DRR Mercado Significativo por ministérios	12
Imagem 8: Alocações Humanitários ODA, 2015-2017.....	16

Lista de Tabelas

Tabela 1: Calamidades passadas e perdas 1983 a 2005	3
Tabela 2: Âmbito da revisão orçamental sensível ao risco	6
Tabela 3: Ministérios e Instituições cujos programas continham elementos de DR	7
Tabela 4: Principal Orçamento DRR Marcado pelos Sectores.....	9
Tabela 5: Orçamento DRR Marcado Significativo por Sectores	10
Tabela 6: Orçamento DRR Principal Marcado nos Ministérios.....	11
Tabela 7: Orçamneto DRR Marcado Significativo nos Ministérios	12
Tabela 8: Orçamento DRR Marcado Principal orçamento nas categorias DR	13
Tabela 9: Categorias Principais DRR no Ciclo da Calamidade	13
Tabela 10: Orçamento DRR Marcado Principal nas Categorias DRR	14
Tabela 11: Orçamento DRR Marcado Significativo nas categorias DRR	14
Tabela 12: Categorias DRR Significativas no Ciclo da Calamidade.....	14
Tabela 13: Orçamento DRR Marcado Significativo por categorias de DRR	15
Tabela A1: Uma visão geral de UNDRR de RSBR	22
Tabela A2: Ministérios em São Tomé e Príncipe	23
Tabela A3: Programas e actividades DRR marcados principal por MInistérios.....	23
Tabela A4: Programas e actividades DRR marcados por Ministérios.....	24

Caixas de Textos

Caixa 1: Assistência Oficial ao Desenvolvimento (APD) por categorias de RRD	16
--	----

Lista de Acrónimos

BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
CONPREC	Conselho Nacional De Prevenção e Resposta às Calamidades
Dbs	Dobras de São Tomé (moeda local)
DRM	Gestão do Risco de Calamidades
DRR	Redução do Risco das Calamidades
GDP	Produto Interno Bruto (PIB)
RSBR	Revisão Orçamental SENSível ao Risco
UNDRR	Gabinete da NU para a Redução do Risco das Calamidades

Equivalência de Moedas,

	USD ao Dbs
2013	18,025.70
2014	20,001.60
2015	22,722.90
2016	23,385.50
2017	20,868.70

(com base no Relatório Anual do Banco Central de São Tomé e Príncipe de 2017)

Agradecimentos

O UNDRR deseja expressar um profundo agradecimento ao apoio prestado pelas Autoridades Nacionais à redução de riscos de desastres / gerenciamento de riscos de desastres e pelas equipes de países das Nações Unidas nos respectivos países.

O UNDRR deseja exprimir um profundo agradecimento ao apoio prestado pelas Autoridades Nacionais à redução de riscos de calamidades / gestão de riscos de calamidades e pelas equipas de países das Nações Unidas nos respectivos países.

Coordenadores: Jean-Marc Malambwe Kilolo (economista) e Roberto Schiano Lomoriello (especialista associado em economia de RRD). Sob a supervisão geral de Katarina Mouakkid Soltesova (Oficial do Programa de Conhecimento de Risco) e Luca Rossi (Chefe Adjunto do Escritório Regional para a África).

Analistas: Belinda Kaimuri (Guiné Equatorial, Gabão, Gana, Quênia, São Tomé e Príncipe, Gâmbia), Brais Álvarez Pereira e Tatiana Martinez Zavala (Angola, Guiné Bissau), consultores das Iniciativas de Desenvolvimento (Ruanda, Tanzânia), Elvis Mtonga (Botsuana, Camarões, eSwatini, Namíbia, Zâmbia), Jean-Claude Koya (Costa do Marfim).

O UNDRR agradece em especial aos especialistas dos países e especialistas em RRD pelos comentários e pela revisão de duas versões preliminares da análise, especificamente: Edson Fernando (Angola), Nkosiyabo Moyo (Botsuana), Mariatou Yap e Celestin Kegne (Camarões), Dr. Touré Kader e Paul Kaman (Costa do Marfim), Gabriel Ngua Ayecaba (Guiné Equatorial), Hortense Togo (Gabão), Sanna Dahaba e Kawsu Barrow (Gâmbia), Koranteng Abrokwah (Gana), Alsau Sambu, Elisio Gomes Sá, Justino Fernandes e Domingos Gomes da Costa (Guiné-Bissau), Charles Owino (Quênia), Russell Dlamini (Reino de eSwatini), Japheth Litenge (Namíbia), Jean-Baptiste Nsengiyumva (Ruanda), Carlos Dias (São Tomé e Príncipe), Charles Msangi (Tanzânia), Lengandji Sikaona (Zâmbia).

Revisão e design gráfico: Iniciativas de Desenvolvimento

Publicado em janeiro de 2020

Síntese

Este relatório fornece uma análise do planeamento de investimento público para a redução de riscos das calamidades (RRD) em São Tomé e Príncipe e informa sobre o nível de investimento público em relação à redução do risco de calamidades no país. Isso é feito usando uma Revisão do Orçamento Sensível ao Risco (RSBR), que aplica o Marcador de Políticas de RRD da OCDE-CAD aos orçamentos actuais e do capital financiados internamente por São Tomé e Príncipe. A análise RSBR é feita para avaliar e averiguar até que ponto o governo orçamentou a redução de riscos de calamidades.

As Principais Constatações do Relatório são:

- Ministérios, departamentos e agências (MDAs) não contabilizaram a RRD em seus programas e actividades. A partir da análise do RSBR, foram identificados 21 programas relacionados à RRD em 7 ministérios entre 2014 e 2017.
- Durante o período de 4 anos, uma média de US \$ 0,48 milhão foi planeada para actividades de RRD; no valor de 0,3% do orçamento nacional.
- Um quarto do orçamento de RRD marcado acima é mantido para programas que visam directamente a RRD (*'Principal'*: US \$ 0,11 milhão, ou 0,1% do orçamento nacional), enquanto a parte restante, 3/4 de programas que visam indirectamente a RRD (*'Significativa'* 0,37 milhões de dólares, ou 0,2% do orçamento nacional).
- O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Setor Econômico detém a maior parte do orçamento de RRD marcado por *'Principal'*, 36,5%, com foco em programas de segurança alimentar.
- O *Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente do Setor de Infraestrutura* detem a maior parte do orçamento de RRD marcado com *'Significativo'*, 40,4%, sendo a maior parte detentora dessa parcela com foco no programa de planeamento espacial.
- São Tomé e Príncipe concentra-se na Prontidão (3/5 do orçamento para calamidades); a parte restante é compartilhada mais com a Reconstrução e Recuperação do que com Resposta e Ajuda e Prevenção e Mitigação de Riscos.
- As *actividades de gestão de crises pós-calamidades* (Resposta e Socorro, Reconstrução e Reabilitação) representam 1/3 do orçamento total marcado de RRD.

1. Introdução

Em 2013, a União Europeia (UE) e o Grupo de Estados da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) assinaram um acordo focando, entre outros, no fortalecimento da integração e inclusão regional dos Estados membros da ACP na economia global. Além disso, o acordo abordou desafios relacionados às mudanças climáticas, agricultura e desenvolvimento rural.

De acordo com este contrato, foi lançado em julho de 2015 um programa intitulado 'Construindo a Resiliência a Calamidades contra Riscos Naturais nas Regiões, Países e Comunidades da África Subsaariana'. O seu objetivo é fornecer uma estrutura abrangente para a redução de riscos de calamidades (RRD) e a gestão de riscos de calamidades (DRM) e a sua implementação efectiva na África Subsaariana.

Para apoiar a RRD na África Subsaariana, o programa de 80 milhões de euros cobriu um período de cinco anos e concentrou-se em cinco resultados principais: fortalecimento do monitoramento e coordenação regionais da RRD; melhorar a coordenação da RRD, o planeamento e as capacidades de assessoria política das Comunidades Económicas Regionais; melhorar a capacidade dos Centros Nacionais e Regionais de Clima para serviços de previsão do tempo e climáticos; aprimorando o conhecimento de riscos por meio de bancos de dados de calamidades para modelagem de riscos futuros; e desenvolver políticas, instrumentos e estratégias de financiamento de riscos de calamidades nos níveis regional, nacional e local.

O programa contribuiu para esforços mais amplos, com o objectivo de ajudar os países africanos a desenvolver capacidade no planeamento de investimentos sensíveis ao risco e apoiar iniciativas para aumentar o investimento público na redução de riscos de calamidades. Além disso, referindo-se à Estrutura de Sendai para Redução de Riscos de Calamidades (2015-2030), o programa procurou ajudar os países a fazerem uma estimativa de possíveis impactos de calamidades, incluindo perdas económicas. Posteriormente, forneceu ferramentas para os países optimizarem os seus planos de investimento, a fim de enfrentar o risco de calamidades e reduzir perdas futuras.

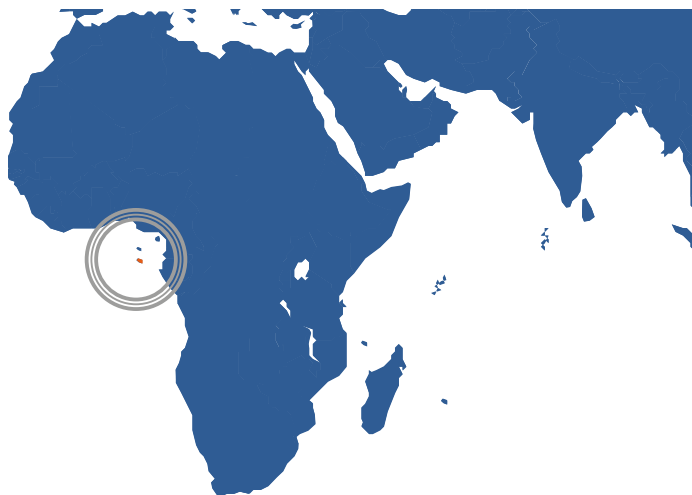
Como parte do programa, o UNDRR desenvolveu Relatórios de Revisão Orçamentária sensíveis à RRD para 16 países. Entre eles estavam Angola, Botsuana, Camarões, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Bissau, Quênia, Reino de Eswatini, Namíbia, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Tanzânia e Zâmbia.

A análise utiliza um marcador de política de RRD (marcador de política de RRD da OCDE-CAD) desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) - Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD). A metodologia tem sido amplamente utilizada para fornecer informações sobre a integração da RRD. No entanto, o rastreamento das despesas planejadas e reais relacionadas à RRD é um domínio ainda em evolução.

Este relatório fornece informações sobre o planeamento de investimentos públicos para redução de riscos de calamidades (RRD) em São Tomé e Príncipe. Apresenta as conclusões de uma análise de revisão orçamentária sensível ao risco (RSBR) do orçamento de São Tomé e Príncipe de 2016 a 2018. A análise a seguir foi apresentada e discutida durante uma série de workshops a nível nacional. Buscou-se feedback e contribuições adicionais de especialistas do país para melhorar a análise.

O relatório está organizado da seguinte forma: a primeira secção apresenta rapidamente São Tomé e Príncipe (principais estatísticas). A segunda secção explica a base metodológica, o marcador de política de OCDE-CAD para RRD e a sua aplicação pelo UNDRR em 16 análises de países. As constatações da revisão do orçamento sensível ao risco (RSBR) de São Tomé e Príncipe constituem a próxima secção principal. O relatório termina com um resumo das constatações e recomendações.

2. Um piscar de olho sobre São Tomé e Príncipe



POPULAÇÃO



2018 projeção

0.2

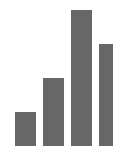
(milhões de pessoas)

2050 projection

0.4

(milhões de pessoas)

PIB



2018 projeção

0.4

(bilhões \$)

2050 projection

4.5

(bilhões \$)

Área: 964 km²

Densidade Popacional:
209.3 people/km²

Índice de Desenvolvimento humano: 0.6

Agriculture: 11.8% of GDP

Serviços: 73.4% of GDP

Industria: 14.8% of GDP

Índice de pobreza (1,9 USD dia): 32.3%

Fonte: Dados do Banco Africano de Desenvolvimento (2019), da Central Intelligence Agency, do International Institute for Applied Analysis, do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Divisão da População (2019), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019), da Divisão de Estatística das Nações Unidas e do Banco Mundial.

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é uma ilha localizada na costa noroeste do Gabão, no Golfo da Guiné. É composta por duas ilhas principais, São Tomé e Príncipe, que estão a cerca de 140 km de distância. A população é estimada em 195.000 habitantes a partir de 2016 e deve crescer para 206.000 em 2050. Cerca de 67,6% da população vive em áreas urbanas, tornando a resiliência urbana ao risco de calamidades um problema para o país

A economia de São Tomé e Príncipe é dominada por serviços (73,4% do PIB). A produção agrícola (11,8% do PIB) é especializada na produção de cacau, que diminuiu ao longo dos anos devido às secas. O país depende fortemente da importação de alimentos, combustíveis e de bens manufacturados e de consumo. O país tem um grande déficit na sua conta corrente devido à sua pequena base de produção. O PIB do país atingiu US\$ 354 milhões em 2016, com um crescimento médio de 5% ao ano desde 2002, projectado para crescer para US\$ 4,5 bilhões até 2050.

Normalmente, as receitas fiscais representam cerca de 14% do PIB nacional, com o maior valor alcançado em 2012 atingindo quase 18%. Juntamente com os aumentos nas receitas, o déficit orçamental do país diminuiu desde 2019, onde foi registrado -17,3% do PIB, em comparação com -2,1% em 2017

Níveis de pobreza (abaixo de US\$ 1,9 / dia, em 2011 PPP) Em São Tomé e Príncipe foram estimados em 32% da população para o ano de 2010, mostrando um ligeiro aumento desde 2000, quando a pobreza atingiu 30% da população. O Índice de Desenvolvimento Humano, situado em 0,59, é relativamente alto em comparação com outros países africanos.

3. Redução do Risco de Calamidades em São Tomé & Príncipe

3.1. Perdas passadas por calamidades

Os riscos naturais que afectam São Tomé e Príncipe são de natureza climática devido à sua localização no meio do Oceano Atlântico e do Equador. Secas, inundações e tempestades são os riscos naturais mais recorrentes, embora haja poucos dados disponíveis sobre eles. Ao olhar para o International Disaster Database, as epidemias foram as calamidades mais recorrentes com uma alta mortalidade associada (Tabela 1).

Tabela 1: Calamidades passadas e perdas 1983 a 2005

Ano	Tipo de calamidade	Ocorrência	Mortes	Afectados
1983	Seca	1		93000
1986	Epidemia	1	150	
1989	Epidemia	1	31	1063
2005	Epidemia	1	25	1349

Fonte: EM-DAT

De acordo com a estratégia nacional de gestão de riscos de calamidades publicada em 2016, São Tomé e Príncipe é particularmente vulnerável aos riscos naturais das inundações costeiras e fluviais¹. Na maioria das vezes, inundações e tempestades severas vêm com granizo, trovões, raios e ventos violentos. A convergência desses perigos de 2014 para 2016 resultou em inundações generalizadas nas comunidades costeiras que destruíram casas e causaram perda de vidas humanas. As inundações em São Tomé e Príncipe são causadas por inundações repentinas após fortes chuvas. Isso ocorre principalmente ao longo da costa e de seus rios. A maioria das comunidades costeiras como Neves, Ribeira, Afonso, Malanza e Santa Catarina (na ilha de São Tomé) e Sundry (na ilha do Príncipe) são os locais mais vulneráveis do país. A resiliência dessas comunidades é testada ainda mais quando tempestades, precedidas por chuvas torrenciais, afectam a área cujo ambiente foi prejudicado pelas actividades de extração de areia.

A parte norte da ilha de São Tomé é a principal área que teve eventos de seca no passado. O evento de seca mais grave foi a seca de 2010, que durou sete meses, em vez da média de três meses. Isso afectou a principal safra de exportação do país, o cacau, que por sua vez afectou o PIB do país. São Tomé e Príncipe não tem culturas de cereais e depende de importações de alimentos para alimentar sua população².

A tuberculose (TB), a malária, a cólera e a celulite³ necrosante são as quatro epidemias de maior ocorrência em São Tomé e Príncipe. A tuberculose afectou a população do país, com a maioria dos casos de infecção latente por TB. A situação da TB melhorou no país, com uma redução quase da metade nos casos entre 2005 e 2015. As taxas de mortalidade por malária caíram a zero entre 2012 e 2016, graças às medidas de controlo da malária que estão a ser adoptadas no país. Ocorreu um grande surto de cólera em 2005 que afectou quase 80% da população. Até agora, a situação melhorou um pouco, com 715 casos reportados em 2018. A situação é agravada pela falta de acesso a água potável e instalações sanitárias seguras. Uma epidemia recente é a celulite necrosante, com mais de 1.300 casos relatados desde setembro de 2016⁴. Em fevereiro de 2017, todos os distritos de saúde do país reportaram casos, colocando em risco a população total de São Tomé e Príncipe.

1 Estratégia Nacional de Gestão do Risco contra as Calamidades, 2016

2 https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000102141/download/?_ga=2.195914476.1968050264.1548838942-1597871060.1548838942

3 Uma rara infecção que causa o definhamento da pele

4 https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/External%20Weekly%202021%20-%202027%20February%202017_0.pdf

3.2. Governação do Risco das Calamidades

O CONPREC é o conselho de alto nível encarregue de coordenar a gestão de riscos de calamidades. Tem a sua sede no Ministério da Defesa e Administração Interna e foi criado em 2011 pelo Decreto-Lei nº 17/2011 para responder a questões relacionadas às calamidades naturais e as causadas pelo homem. É presidido pelo Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Primeiro Ministro, e membros da Brigada de Protecção Civil e Bombeiros, Direcção de Protecção Social, Guarda Costeira, Direcção Geral de Meio Ambiente, Cruz Vermelha, Direcção de Saúde Pública, Instituto de Meteorologia, Polícia e Exército Nacional e Direcção de Relações Exteriores do Ministério de Relações Exteriores. O CONPREC não tem autoridade sobre outras instituições relacionadas à DR para exercer plenamente a coordenação da gestão nacional de riscos de desastres.

O CONPREC é responsável para:

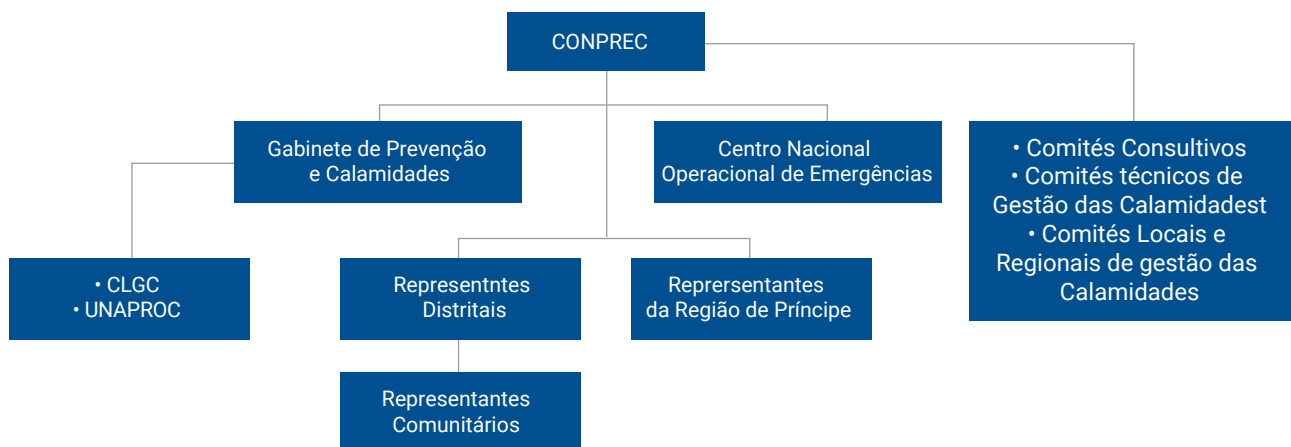
- Desenvolvimento de acções de prevenção, prontidão, resposta e coordenação,
- Realização de pesquisas e estudos sobre os níveis de vulnerabilidade do país,
- Fornecimento de informações ao governo sobre múltiplos factores de risco e mapas de riscos,
- Mobilização de fundos para implementar actividades de mitigação de riscos, por exemplo criando zonas de reassentamento,
- Coordenar o planeamento espacial participativo para mapear as zonas de risco, e
- Realização de mapeamento participativo e identificação de zonas seguras para assentamentos humanos.

O CONPREC é representado a nível distrital por Centros Múltiplos de Prevenção e Resposta (CMPR) que promovem a conscientização de pessoas e autoridades para identificar e implementar maneiras sustentáveis de aumentar a sua resiliência a calamidades cíclicas.

O CONPREC coordena as actividades de várias autoridades relacionadas à RRD e à DRM, incluindo:

- estabelecer, operar e coordenar, em colaboração com o Ministério da Defesa e Administração Interna, a Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC);
- coordenar o Comité Técnico de Gestão de Calamidades (Comité Técnico de Gestão de Calamidades) - CTGC;
- Fazer a supervisão das funções dos CMPRs

Imagem 1: Estrutura da Organização de Gestão das Calamidades em São Tomé e Príncipe



Fonte: Autores com base no Decreto Lei 7/2011

4. Revisão Orçamental Sensível ao Risco

4.1. Metodologia

O Marcador de Políticas de RRD da OCDE-CAD é uma ferramenta quantitativa usada para identificar as actividades de despesas que visam a RRD como um objectivo de política. Uma actividade deve ser classificada como vinculada à RRD se promover as metas da Estrutura de Sendai para Redução de Riscos de Calamidades 2015-2030 para alcançar “redução substancial do risco das calamidades e perdas de vidas, meios de subsistência e saúde e nas áreas económica, física, social, cultural e activos ambientais de pessoas, empresas, comunidades e países”(UNDRR 2015, p.12).

De acordo com o documento Marcador de Políticas da OCDE-CAD (OCDE, 2017, p.8), uma actividade relacionada à RRD concentra-se na prevenção de novos riscos e / ou na redução dos riscos de calamidades existentes e / ou no fortalecimento da resiliência por meio da “implementação de (...) Medidas que evitam e reduzem a exposição a riscos e a vulnerabilidade a calamidades e aumentam a prontidão para resposta e recuperação com o objectivo explícito de aumentar a segurança humana, o bem-estar, a qualidade de vida, a resiliência e o desenvolvimento sustentável”.

Além disso, uma actividade relacionada à RRD atende a pelo menos uma das quatro prioridades de acção da estrutura de Sendai (UNDRR, 2015 p. 14), a saber: 1. Compreender o risco da calamidade; 2. Fortalecer a governação de riscos de calamidades para gerir os riscos de calamidades; 3. Investir na redução de riscos de calamidades para resiliência; 4. Aprimorar a prontidão para calamidades para obter uma resposta eficaz e “melhorar a reconstrução” na recuperação, reabilitação e reconstrução⁵.

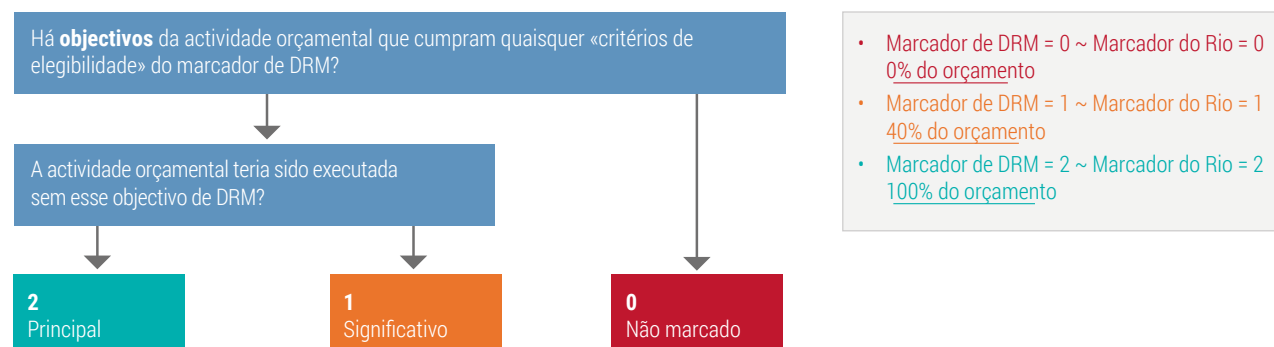
A Revisão do Orçamento Sensível ao Risco é simplesmente a aplicação do marcador de Política de RRD da OCDE-CAD aos orçamentos dos países para identificar e marcar as despesas públicas que têm um objectivo de RRD. Ao fazer isso, pode-se identificar até que ponto o governo planeou ou investiu implícita ou explicitamente em RRD. As actividades de gastos direcionadas à RRD são rastreadas, marcadas e ponderadas da seguinte maneira:

- As actividades são marcadas como “*principais*” (marcadas como 2) quando a RRD é o seu principal objectivo e é fundamental no design e na motivação da actividade. Essas actividades orçamentais são então ponderadas em 100% da alocação planeada ou gasta que as sustenta (Petri, 2016; OCDE, 2016);
- As actividades são marcadas como “*significativas*” (marcadas como 1) quando o objectivo de RRD é declarado explicitamente, mas não é uma motivação fundamental para empreender e projectar a actividade. Essas actividades orçamentais pesam 40% da alocação planeada ou gasta que as sustenta. (Petri, 2016; OCDE, 2016);
- As actividades não são marcadas (marcadas como 0) quando não têm objectivo relacionado à RRD. Essas actividades orçamentais pesam 0% da alocação planeada ou gasta que as sustenta (Petri, 2016; OCDE, 2016).

O total de alocações orçamentais marcadas como “*Principal*” e “*Significativa*” é contado como orçamento planejado ou gasto focado na RRD ou, simplesmente, investimentos em RRD. A Imagem 3 abaixo ilustra o procedimento de marcação e pontuação para o marcador de política da OCDE-RRD e como contabilizar o financiamento alocado para os objetivos de RRD.

⁵ Acima pode-se localizar a actividade relacionada com a DRR, no ciclo de gestão das calamidades: risco pré-calamidadee, redução de risco (prevenção, mitigação ou prontidão) ou a gestão da crise pós-calamidader (resposta e mitigação).

Imagem 2: Decisão da regra de pontuação



Fonte: OECD (2016) e OECD (2017)

4.2. Âmbito da Análise

O RSBR explorou os orçamentos apresentados pelos MDAs e os vários programas e actividades orçados pelo Governo Central para os períodos financeiros de 2014 a 2017. Foram considerados para análise os orçamentos nacionais planeados, financiados por recursos do próprio governo; recursos externos não foram considerados. Os principais documentos utilizados são os Orçamentos Nacionais provenientes da Iniciativa Colaborativa de Reforma Orçamental para a África (CABRI) (<https://www.cabri-sbo.org/en/our-work/budgets-in-africa>) em formato eletrónico, publicado pelo Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul. Dos 11 ministérios analisados⁶, 7 ministérios tinham objectivos de política de RRD “principais” e “significativos”. A Tabela 2 abaixo mostra o âmbito do RSBR e os sectores e ministérios específicos que foram considerados como tendo um objectivo político de RRD.

Tabela 2: Âmbito da revisão orçamental sensível ao risco

Plano Anual	2014-2017
Atenção especial aos Subsectores e respectivos Ministérios e Instituições alistadas abaixo	
Cobertura	<ul style="list-style-type: none"> • Sector Económico⁷ - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural • Sector Social⁸ - Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações - Ministério do Emprego e Assuntos Sociais - Ministério da Saúde • Sector de Infraestruturas⁹ - Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente • Serviços e Sectores Transversais¹⁰ - Ministério da Defesa e Administração Interna - Ministério da Economia e Cooperação Internacional
Orçamento Planificado ou Implementado	Orçamento Planificado
Em curso ou capital	Current and capital
Perigos almejados	Secas, Cheias, Vendavais, Incêndios, Pestes e Surtos de Doença

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

⁶ Ver lista de Ministérios em São Tomé e Príncipe no Anexo, Tabela 14

⁷ Definido como um sector que é geralmente definido como um sector da economia real, trata da produtividade da economia.

⁸ Definido como um sector cujo objective principal é alcançar o desenvolvimento social e melhorar o bem-estar das populações.

⁹ Definido como um sector que foca no bem-estar físico na economia

¹⁰ Definido como um setor que oferece principalmente serviços e abrange todos os outros setores de uma economia.

Liderada pelo marcador de políticas de RRD da OCDE-CAD, pelo sistema de marcação do Rio e pelas zonas prioritárias da Estrutura de Acção de Sendai, a análise encontrou 21 programas que têm como alvo implícita e explícita a RRD em 7 ministérios do governo central para os exercícios fiscais de 2014 a 2017. A Tabela 3 mostra esses programas. O maior número de programas de RRD foi realizado pelo Ministério da Saúde (7 programas). O menor número de programas foi realizado pelo Ministério da Defesa e Administração Interna e pelo Ministério da Economia e Cooperação Internacional (1 programa cada). A Tabela 3 mostra as actividades do projecto marcadas por RRD nos 7 ministérios.

Tabela 3: Ministérios e Instituições cujos programas continuam elementos de DR

Ministério/ Instituição	Programas
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none"> Agricultura Participativa de Pequena Escala e Desenvolvimento de programas de Pesca Artesanal (PAPAC – Programa de apoio à Agricultura Comercial Pequena Escala) Reabilitação de Infraestruturas de Apoio à Segurança Alimentar Programa de Desenvolvimento Agrícola em África (PDAA)
Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar (PNASE) Programa de Escolas Seguras Reabilitação de Escolas em Santa Catarina Preservação e Valorização da Cultura Nacional
Ministério do Emprego e Assuntos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> Construção e Reabilitação de Lares Sociais
Ministério da Saúde	<ul style="list-style-type: none"> Supervisão Epidemiológica Emergências de Saúde Reabilitação do Centro de Saúde Angolares Aquisição de Tambores Vazios e Instalações para uma Central de Oxigénio Aquisição de Medicamentos para HIV / SIDA Aquisição de Produtos Radiológicos para a Zona Sanitária Água Grande Aquisição de Produtos Estomatológicos para a Zona Sanitária Água Grande
Ministério de Infraestruturas, Recurso Naturais e Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de Ordenamento Territorial Conclusão e Equipamento da Torre de Observação Meteorológica Dreino da Escola Adjacente - Sra Maria de Jesus Reparação da Ponte sobre o Rio Lembá
Ministério da Defesa e Administração Interna	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção do Farol e de Operações de Busca e Resgate- Guarda Costeira- Unidade Naval
Ministério da Economia e Cooperação Internacional	<ul style="list-style-type: none"> Vigilância Cartográfica – Livro Nacional de Endereços

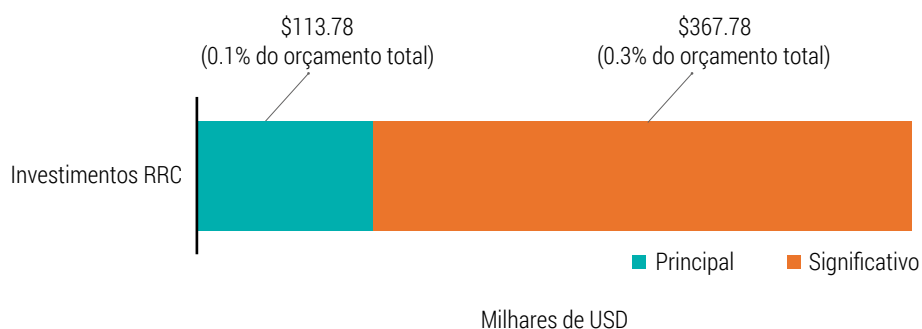
Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

4.3. Orçamentos DRR Marcados Principal e Significativo

Orçamento DRR Mercado Agregado

O orçamento RRD marcado é de 0,3% do orçamento nacional total, com uma média de 0,48 milhões de dólares (0,6% do orçamento nacional nacional). 3/4 do orçamento RRD marcado são mantidos pelo objectivo político significativo (US \$ 0,37 milhão, 0,2% do orçamento nacional). A parcela restante é mantida com o objectivo principal de apólice (US \$ 0,11 milhão, 0,1% do orçamento nacional).

Imagem 3: Orçamento DRR Mercado Médio



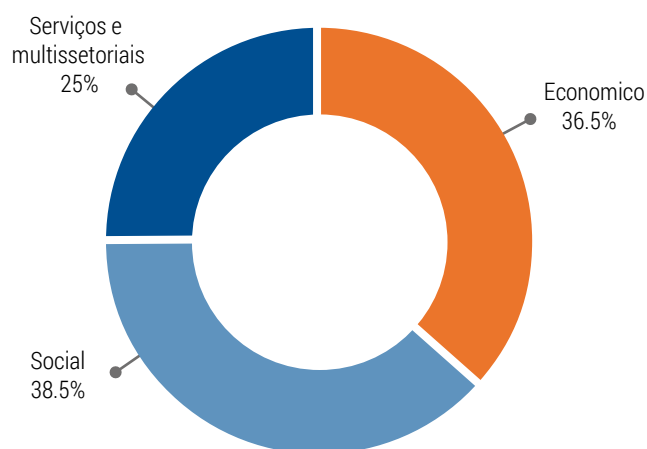
Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

Orçamento DRR Mercado por Sectores

Orçamento DRR Mercado Principal

Considerando os sectores agregados descritos na Tabela 3, a Imagem 4 mostra uma distribuição quase igual entre o Sector Social (média de 38,5%) e o Sector Económico (média de 36,5%). O Sector de Serviços e Transversal detem a parcela restante (média de 25,0%). O Sector de Infraestruturas (0,0%) tem a menor parcela do orçamento RRD marcado .

Imagem 4: Orçamento DRR Mercado Principal por Sectores



Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

A Tabela 4 apresenta o orçamento DRR marcado principal por sectores. Em média, o Sector Económico se beneficiou de uma alocação acrescida ao longo dos anos, contrária ao sector social. O ano de 2017 teve o maior orçamento total reservado para programas de RRD, com programas do sector económico com o maior orçamento alocado.

Tabela 4: Principal Orçamento DRR Marcado pelos Sectores

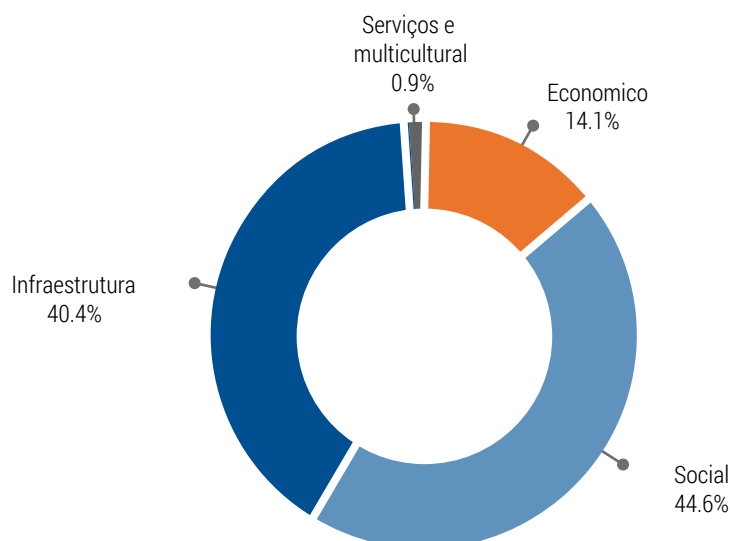
Sectores, montante em USD '000s, cpreços actuais	Nº de progr.	2014	2015	2016	2017	Orçamento Total Planificado	Orçamento médio de 4 anos	%
Social	2	174.99	=	=	=	174.99	43.75	38.5%
Económico	1	-	=	70.35	95.84	166.19	41.55	36.5%
Serviços & Sectores Transversais	1	-	66.01	=	47.92	113.93	28.48	25.0%
Infraestrutura	0	-	-	-	-	-	-	0.0%
Orçamento DRR Total marcado		174.99	66.01	70.35	143.76	455.11	113.78	100%
Total National Budget		147,131	139,083	159,301	151,441	596,956	149,239	
Share of national budget								0.1%

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

O orçamento RRD marcado principal equivale a US \$ 0,11 milhão em média, que é aproximadamente 0,1% do orçamento nacional total médio para o período de quatro anos entre 2014 e 2017.

Orçamento DRR Marcado Significativo

A Imagem 5 mostra o orçamento RRD marcado significativo nos quatro sectores. Dois sectores detêm a maior parte do orçamento significativo marcado para RRD - o Sector Social (44,6%) e o Sector de Infraestruturas (40,4%). A fasquia remanescente é composta principalmente pelo Sector Económico (14,1%) e pelos Sectores de Serviços e Transversal (0,9%).

Imagem 5: Orçamento DRR Marcado Significativo por sector

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

A Tabela 5 apresenta o orçamento RRD significativo por sectores. Enquanto o Sector de Serviços e Transversal obtém apenas 0,9% do orçamento RRD médio marcado em quatro anos, os Sectores Social e de Infraestruturas representam mais de três quartos do orçamento DRR Marcado Significativo (85,0%). O restante é de propriedade do sector económico (14,1%).

Tabela 5: Orçamento DRR Mercado Significativo por Sectores

Sectores, montante em USD '000s, preços actuais	Nº de prog.	2014	2015	2016	2017	Orçamento Total Planificado	Orçamento médio em 4 anos	%
Social	8	127.90	41.43	347.77	139.54	656.64	164.16	44.6%
Infraestruturas	4	=	=	507.08	86.84	593.92	148.48	40.4%
Económico	2	15.01	=	=	191.67	206.68	51.67	14.1%
Sector de Serviços & Transversal	1	=	=	13.51	=	13.51	3.38	0.9%
Orçamento DRR Total Marcado		142.91	41.43	868.36	418.05	1,470.75	367.69	100%
Total do Orçamento Nacional		147,131	139,083	159,301	151,441	596,956	149,239	
Share of national budget								0.3%

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

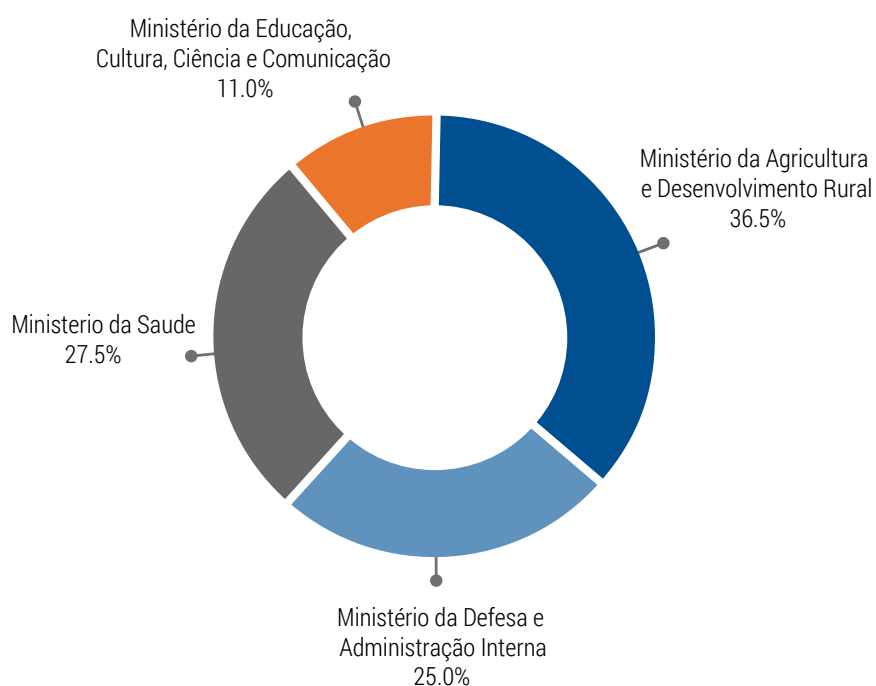
O orçamento RRD marcado estimado sob o objectivo significativo foi de US \$ 0,37 milhão, o que representa aproximadamente 0,3% do orçamento nacional total.

Orçamento DRR Mercado por Ministérios

Orçamento DRR Mercado Principal

A Imagem 6 e a Tabela 6 desagregam o orçamento DRR principal marcado pelos ministérios. O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural possui cerca de um terço do orçamento RRD marcado Principal, 36,5%. Os outros dois terços são compartilhados entre o Ministério da Saúde (27,5%), Ministério da Defesa e Administração Interna (25,0%) e Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações (11,0%). O Quadro 15 do Anexo mostra os vários programas sob esses ministérios RRD marcado com o objectivo principal.

Imagem 6: Orçamento DRR Mercado Principal por Ministérios



Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

A Tabela 6 apresenta o orçamento DRR principal Marcado entre os ministérios. Nos últimos anos fiscais, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural teve a maior alocação do orçamento DRR.médio principal marcado.

Tabela 6: Orçamento DRR Principal Marcado nos Ministérios

Sectores e Ministérios, montante em milhões USD, ao preço actual	2014	2015	2016	2017	Orçamento Total Planificado	Orçamneto médio em 4 anost	%
Sector Social	174.99	-	-	-	174.99	43.75	38.5%
Ministério da Saúde	124.99	-	-	-	124.99	31.25	27.5%
Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações	50.00	-	-	-	50.00	12.50	11.0%
Sector Económico	-	-	70.35	95.84	166.19	41.55	36.5%
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	-	-	70.35	95.84	166.19	41.55	36.5%
Sector de Serviços e Transversal	-	66.01	-	47.92	113.93	28.48	25.0%
Ministério da Defesa e Administração Interna	-	66.01	-	47.92	113.93	28.48	25.0%
Sector de Infraestruturas	-	-	-	-	-	-	0.0%
Orçamento Total DRR Marcado	174.99	66.01	70.35	143.76	455.11	113.78	100%
Orçamento Nacional Total	129,511	139,083	159,301	151,441	579,336	144,834	
Componente do orçamento nacional							0.1%

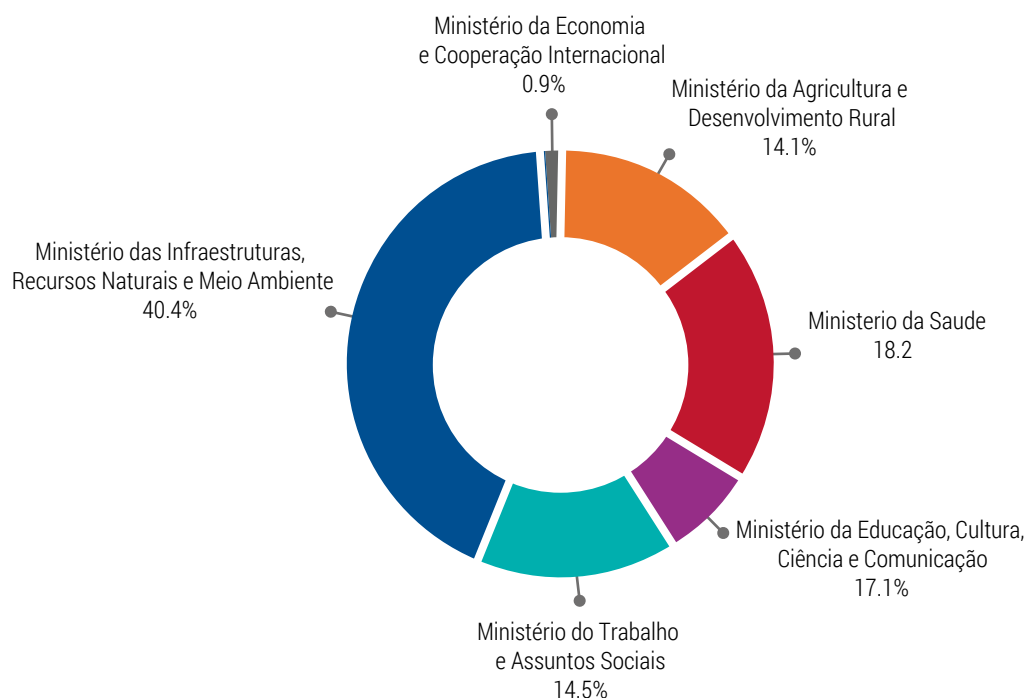
Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

Orçamento DRR Marcado Significativo

A Imagem 7 mostra a participação de diferentes ministérios nos orçamentos RRD marcados como Significativos. O Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente responde por quase metade orçamento RRD marcado significativo com (40,4%). O Ministério da Saúde (18,2%), o Ministério do Emprego e Assuntos Sociais (14,5%), o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (14,5%) e o Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações (11,9%) representam a melhor parte do a parte restante. O Ministério da Economia e Cooperação Internacional representa a menor parcela do orçamento significativo marcado para RRD (0,9%).

A Tabela A4 do Anexo mostra os vários programas desses ministérios com um objectivo significativo de RRD. Em geral, esses programas e actividades significativas de RRD em 6 ministérios mostram a abordagem mais ampla no compromisso e disponibilidade de fundos para o risco de calamidades. Mais ainda, os programas estão em todos os sectores de São Tomé e Príncipe. Isso ilustra uma abordagem de várias partes interessadas na cobertura de actividades implícitas de RRD.

Imagem 7: Orçamento DRR Marcado Significativo por ministérios



Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

A Tabela 7 apresenta o orçamento significativo de RRD por sector / ministério. Em geral, o Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente é a entidade que planeia uma grande parte do orçamento RRD significativo marcado.

Tabela 7: Orçamento DRR Marcado Significativo nos Ministérios

Sectores e Ministérios, montante em milhões de USD, preço actual	2014	2015	2016	2017	Orçamento Total Planificado	Orçamento Médio em 4 anos	%
Social	127.90	41.43	347.77	139.54	656.64	164.16	44.6%
Ministério da Saúde	82.81	3.43	97.03	84.78	268.05	67.01	18.2%
Ministério do Emprego e Assuntos Sociais	-	-	213.81	-	213.81	53.45	14.5%
Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações	45.09	38.00	36.93	54.76	174.78	43.69	11.9%
Infraestruturas	-	-	507.08	86.84	593.92	148.48	40.4%
Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente	-	-	507.08	86.84	593.92	148.48	40.4%
Económico	15.01	-	-	191.67	206.68	51.67	14.1%
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	15.01	-	-	191.67	206.68	51.67	14.1%
Sector de Serviços & Transversal	-	-	13.51	-	13.51	3.38	0.9%
Ministério da Economia e Cooperação Internacional	-	-	13.51	-	13.51	3.38	0.9%
Orçamento Total DRR Marcado	142.91	41.43	868.36	418.05	1,470.75	367.69	100%
Orçamento Nacional Total	129,511	139,083	159,301	151,441	579,336	144,834	
Share of national budget							0.3%

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

4.4. Orçamento DRR Marcado no ciclo DRR

Além de categorizar o orçamento para diferentes actividades de projectos como “principal” ou “significativo”; eles também foram classificados em quatro categorias distintas de RRD, a saber: Prevenção e Mitigação de Riscos, Prontidão, Resposta e Alívio e Reconstrução e Recuperação.

Categorias DRR por Objectivo Principal

Resultados Agregados

A Tabela 8 mostra o orçamento RRD marcado principal através das quatro principais categorias de RRD. A parte da categoria Prontidão (64,0%) comporta mais de 2/3 do orçamento total marcado principal de RRD. Resposta e alívio (25,0%) e Reconstrução e recuperação carregam a parte restante. Apesar dessa alocação, a prevenção e mitigação de riscos são deixadas de fora no planeamento de actividades explícitas de RRD.

Tabela 8: Orçamento DRR Marcado Principal orçamento nas categorias DR

Orçamento DRR Marcado Principal por alocação das actegorias de Risco, montante em `000` USD, preços actuais	2014	2015	2016	2017	Orçamento Total Planificado	Orçamento Médio em 4 anos	%
Prontidão	124.99	-	70.35	95.84	291.18	72.79	64.0%
Resposta e Alívio	-	66.01	-	47.92	113.93	28.48	25.0%
Reconstrução e Recuperação	50.00	-	-	-	50.00	12.50	11.0%
Prevenção do Risco e Mitigação	-	-	-	-	-	-	0.0%
Orçamento DRR Total Marcado	174.99	66.01	70.35	143.76	455.11	113.78	100%

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

Além disso, a tabela 9 mostra São Tomé e Príncipe com 64,0% do orçamento principal de RRD sob Redução de Risco Pré-calamidade.

Tabela 9: Categorias Principais DRR no Ciclo da Calamidade

Período	Redução do Risco Pré-Calamidade		Gestão Pós-Calamidade		
	Prevenção e Mitigação do Risco	Prontidão	Resposta e Alívio	Reconstrução e Recuperação	Montantes em 000 de USD, preços actuais
2014 – 2017	0.0%	64.0%	25.0%	11.0%	455.11
Média de 4 anos	64.0%		26.0%		113.78

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

Resultados nos Ministérios

A Tabela 10 descreve o orçamento DRR Marcado Principal de acordo com as quatro categorias principais para os últimos três anos fiscais. A constatação principal é:

- Cerca de dois terços do plano de alocação orçamental dos ministérios explicitamente para as actividades de RRD em Prontidão (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 36,5% e Ministério da Saúde, 27,5%).
- Resposta e Alívio são cobertas apenas pelo Ministério da Defesa e Administração Interna, 25,0%.
- Apenas 11,0% são cobertos na categoria de Reconstrução e Recuperação do risco do Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações

As categorias menos importantes nesta revisão são Prevenção e Mitigação de Risco, com 0,0% do objectivo principal total marcado como orçamento de RRD - não havia programas e actividades principais de RRD.

Tabela 10: Orçamento DRR Mercado Principal nas Categorias DRR

Orçamento DRR Mercado Principal com alocações por categorias de risco, montantes em milhões de USD, aos preços actuais	2014	2015	2016	2017	Orçamento Total Planificado	Orçamento Médio em 4 anos	%
Prontidão	124.99	-	70.35	95.84	291.18	72.79	64.0%
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	-	-	70.35	95.84	166.19	41.55	36.5%
Ministério da Saúde	124.99	-	-	-	124.99	31.25	27.5%
Resposta e Alívio	-	66.01	-	47.92	113.93	28.48	25%
Ministério da Defesa e Administração Interna	-	66.01	-	47.92	113.93	28.48	25%
Reconstrução e Recuperação	50.00	-	-	-	50.00	12.50	11.0%
Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações	50.00	-	-	-	50.00	12.50	11.0%
Prevenção e Mitigação do Risco	-	-	-	-	-	-	0.0%
Orçamento DRR Total Marcadot	174.99	66.01	70.35	143.76	455.11	113.78	100%

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

Objectivos Significativos por categorias de DRR

Resultados Agregados

A Tabela 11 descreve o orçamento RRD marcado significativo em diferentes categorias. A Prontidão (65,1%) tem a maior participação. Segue Reconstrução e Recuperação (29,8%) e Prevenção e Mitigação de Riscos (5,1%). A categoria menos importante nesta revisão é Resposta e Alívio em 0,0% do orçamento total significativo do objectivo da RRD.

Tabela 11: Orçamento DRR Mercado Significativo nas categorias DRR

Orçamento DRR Mercado Significativo por alocação de categorias de Risco, montantes em milhões de USD, preços actuais	2014	2015	2016	2017	Orçamento Total Planificado	Orçamento Médio em 4 anos	%
Prontidão	112.59	38.00	401.08	405.15	956.83	239.21	65.1%
Reconstrução e Recuperação	-	-	483.31	-	483.31	109.58	29.8%
Prevenção e Mitigação do Risco	30.32	3.43	28.97	12.90	75.61	18.90	5.1%
Resposta e Alívio	-	-	-	-	-	-	0.0%
Orçamento Total DRR Mercado	142.91	41.43	868.36	418.05	1,470.75	367.69	100%

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

Além disso, a tabela 12 mostra São Tomé e Príncipe com 70,2% do orçamento significativo de DR Mercado na redução de risco pré-calamidade.

Tabela 12: Categorias DRR Significativas no Ciclo da Calamidade

Período	Redução do Risco Pré-Calamidade		Gestão da Crise Pós-Calamidade		
	Prevenção e Mitigação do Risco	Prontidão	Resposta e Recuperação	Reconstrução e Recuperação	Montantes em 000 de USD, preços actuais
2014 – 2017	5.1%	65.1%	0.0%	29.8%	1,470.75
Média de 4 anos	70.2%		29.8%		367.69

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

Resultados por Ministérios

Analisando as categorias de RRD por ministérios, a tabela 13 mostra os seguintes resultados principais:

- A Prontidão (65,1%) é composta por 6 ministérios tendo do Ministério da Saúde, 15,5%; Ministério do Emprego e Assuntos Sociais, 14,5%; Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 14,5%; Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações, 11,2%; Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, 8,8%; e Ministério da Economia e Cooperação Internacional, 0,9%.
- Reconstrução e Recuperação em 29,8%, com apenas o Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente.
- Prevenção e Mitigação de Riscos em 5,1%, com o Ministério da Saúde, 2,7%; Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, 1,8%; e Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação, 0,6%.

A categoria menos importante nesta revisão é Resposta e Alívio, com 0,4% do orçamento total significativo objectivo marcado para a DRR junto ao Ministério do Interior. Isso mostra um alto nível de preparação em relação a outras categorias de RRD em São Tomé e Príncipe.

Tabela 13: Orçamento DRR Marcado Significativo por categorias de DRR

Orçamento DRR Marcado Significativo por alocação de Categorias de Risco, montantes em milhões de USD, preços actuais	2014	2015	2016	2017	Orçamento Total Planificado	Orçamento Médio em 4 anos	%
Prontidão	0.11	0.04	0.40	0.41	0.96	0.24	65.1%
Ministério da Saúde	52.50	-	94.08	81.46	228.03	57.01	15.5%
Ministério do Emprego e Assuntos Sociais	-	-	213.81	-	213.81	53.45	14.5%
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Ruaral	15.01	-	-	191.67	206.68	51.67	14.1%
Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações	45.09	38.00	36.93	45.17	165.19	41.30	11.2%
Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente	-	-	42.76	86.84	129.60	32.40	8.8%
Ministério da Economia e Cooperação Internacional	-	-	13.51	-	13.51	3.38	0.9%
Reconstrução e Recuperação	-	-	0.44	-	0.44	0.11	29.8%
Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente	-	-	438.81	-	438.31	109.58	29.8%
Prevenção e Mitigação do Risco	30.32	3.43	28.97	12.90	75.61	18.90	5.1%
Ministry of Health	30.32	3.43	2.96	3.32	40.02	10.00	2.7%
Ministério da Saúde, Recurso Natuaris e Meio Ambiente	-	-	26.01	-	26.01	6.50	1.8%
Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações	-	-	-	9.58	9.58	2.40	0.7%
Resposta e Alívio	-	-	-	-	-	-	0%
Orçamento Total DRR Marcado	142.91	41.43	868.36	418.05	1,470.75	367.69	100%

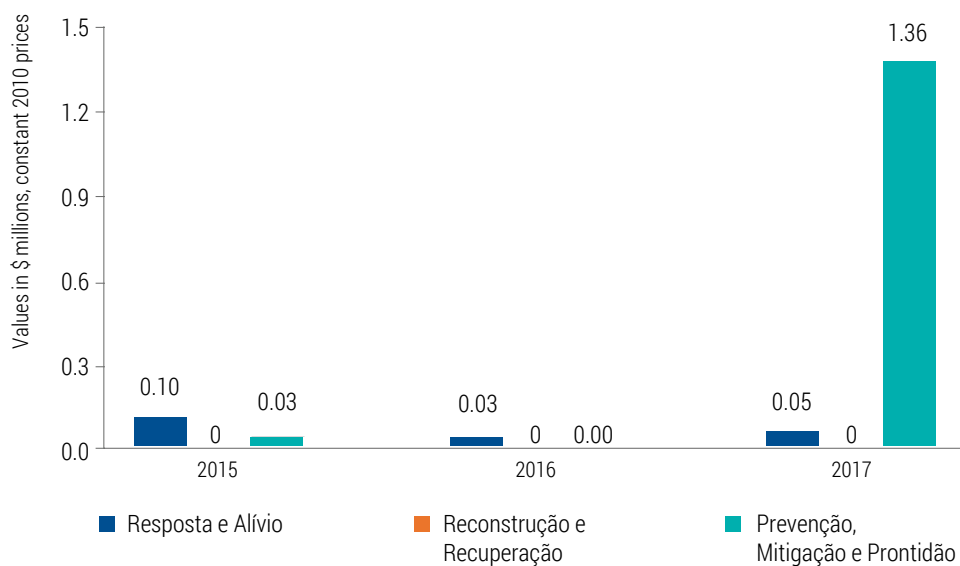
Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

Caixa 1: Assistência Oficial ao Desenvolvimento (APD) por categorias de RRD

Uma constatação importante do RSBR é que a maior parte do orçamento marcado para RRD vai para actividades de redução de risco pré-calamidade, em vez de actividades de gestão de crises pós-calamidade. Além disso, a maioria das actividades de gerenciamento de crises pós-desastre é realizada por atores humanitários. Isso ecoa para Van Aalst et al. (2013) observam que, do total da APD dedicada à RRD, 69,9% foram usados para actividades de resposta a emergências e 24,8% para actividades de reconstrução (gerenciamento de crises pós-desastre) e 3,6% para prevenção e prontidão para calamidades (redução do risco pré-calamidade).

imagem abaixo mostra a assistência da APD a São Tomé e Príncipe entre 2015 e 2017 e a sua alocação a várias categorias de RRD. Uma média de US \$ 0,06 milhões foi usada para actividades de gestão pós-calamidade - resposta a emergências e reconstrução, reabilitação e assistência. Esta assistência pode ser a razão pela qual São Tomé e Príncipe se concentrou nas actividades de redução de risco pré-calamidade, pois elas têm esforços humanitários para cobrir actividades de gestão de crises pós-calamidade.

Imagem 8: Alocações Humanitárias ODA, 2015-2017



Fonte: ODA dados da OECD.

5. Conclusão

O Gabinete das Nações Unidas para Redução de Riscos de Calamidades fez uma parceria com a União Europeia (UE), a União Africana (UA) e os ACP para oferecer um programa para fortalecer a capacidade dos países africanos no planeamento de investimentos sensíveis ao risco e aumentar o investimento público na redução do risco de calamidades. A intenção é ajudar os países a alinhar suas estratégias com as metas descritas na Estrutura de Sendai para redução de riscos de calamidades 2015-2030.

Este relatório contribui para esta finalidade com a análise orçamental sensível ao risco dos orçamentos nacionais de São Tomé e Príncipe, usando o marcador OCDE-DAC DRR e o Sistema de Marcação do Rio para determinar a contribuição orçamental DRR marcada para o ciclo DRM.

Foram feitas as seguintes conclusões sobre o estado do planeamento de investimentos públicos para redução de riscos de calamidades:

- A gestão de riscos de calamidades não está explicitamente documentada nas actividades do projecto do orçamento nacional. No entanto, as actividades do projecto foram divididas em resultados específicos que tornaram possível a marcação do marcador de política da OCDE-CAD.
 - Não havia alocação específica de orçamentos planificados de investimento público para operações e actividades de prevenção e mitigação de calamidades.
- Aplicando o marcador de política de RRD da OCDE-CAD, foram encontrados 21 programas relacionados à RRD e DRM em 7 ministérios dos 11 ministérios do governo central nos Orçamentos Nacionais de 2014 a 2017.
- Entre 2014 e 2017, um total de 1,93 milhão de dólares (em média 0,48 milhão de dólares) foi marcado como orçamento de RRD. Isso representou 0,3% do orçamento nacional total (cerca de US \$ 597 bilhões, em média, para US \$ 149 bilhões no período de três anos). Comparando apenas com os recursos domésticos, o orçamento total marcado de RRD representa 0,6% do Orçamento Nacional Nacional Total.
 - O orçamento marcado que visava directamente orçamento RRD – Orçamento DRR Marcado Principal - foi em média de US \$ 0,11 milhão e compreende 1/4 do orçamento total marcado da RRD. Isso equivale a apenas 0,1% do orçamento nacional total.
 - b. O orçamento para as actividades do projecto que têm como objectivo indireto a RRD - orçamento RRD marcado significativo - ficou em média em US \$ 0,37 milhão e compreende 3/4 do orçamento total marcado em RRD. Isso equivale a apenas 0,2% do orçamento nacional total.
- O orçamento RRD Marcado Principal está concentrado num ministério - Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural com 36,5% do orçamento da RRD Principal Marcada em 4 ministérios. Da mesma forma, 40,4% do orçamento RRD Marcado Significativo é alocado ao Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, do total de seis ministérios.
- A análise das categorias de risco de calamidades do ciclo de RRD concluiu que o orçamento RRD marcado está fortemente focado na única categoria de risco - Prontidão em 64,8% do orçamento Total RRD Marcado.
 - Quase todo o orçamento RRD Marcado Principal (93,0%) é alocado para actividades de Prevenção e Mitigação de Riscos, enquanto 88,6% do orçamento RRD Marcada Significativa é alocado para actividades de Prontidão.
- Assim, o orçamento nacional para os períodos de 2014 a 2017 aloca mais fundos para as actividades de Redução de Risco Pré-Calamidade, 2/3, em vez daqueles destinados à Gestão Pós-Calamidade.
- Há uma considerável dependência de fundos de doadores para a Redução de Riscos Pré-Calamidade. Durante o período de três anos de 2015 a 2017, São Tomé e Príncipe recebeu US \$ 0,46 milhão em fundos da APD para prevenção e preparação para desastres.

Recomendações

Dadas essas conclusões, este relatório contribui ainda mais para o conjunto de conhecimentos de RRD em São Tomé e Príncipe e ajudará na integração contínua da RRD no processo de planejamento orçamentário. Nós recomendamos;

- Estabelecer uma linha orçamental para as actividades de gestão de riscos de calamidades para a agência nacional de RRD.
- Classificar e codificar programas e actividades de DRR e DRM ao planear o orçamento. Isso envolverá a capacitação contínua a nível técnico e institucional para rastrear eficientemente as despesas em RRD.
- Classificar os orçamentos RRD planeados nas quatro categorias principais de DRM - Prevenção e Mitigação de Riscos, Prontidão, Resposta e Alívio e Reconstrução e Recuperação.
- Planear provisões explícitas de orçamento RRD na categoria Prevenção e Mitigação de Riscos. Isso ajudará o país a criar resiliência contra o risco de calamidades.

Referências

- CABRI. (n.d.). Budgets for São Tomé and Príncipe. (2014-2017). Retrieved from <https://www.cabri-sbo.org/en/countries/documents?country%5B%5D=2688&sort=year&order=desc>
- BCSTP. (2017). Annual Report 2017. Retrieved from http://www.bcstp.st/Upload/New_DOC/Relatorio%20sobre%20a%20Economia%20Santomense_%202017.pdf
- Ministry of Finance, Trade and the Blue Economy. (2018). Guidelines for the Preparation of the National Budget/2018. Retrieved from <https://www.cabri-sbo.org/en/documents/guidelines-for-the-preparation-of-the-national-budget-2018>
- OECD (2017). Proposal to Establish a Policy Marker for Disaster Risk Reduction (DRR) In the OECD DAC Creditor Reporting System (CRS). (DCD/DAC/STAT(2017)26). Retrieved from [http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DCD/DAC/STAT\(2017\)26&docLanguage=En](http://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=DCD/DAC/STAT(2017)26&docLanguage=En)
- OECD (2016). Converged Statistical Reporting Directives for the Creditor Reporting System (CRS) and the Annual DAC Questionnaire. (DCD/DAC(2016)3/ADD2/FINAL). Retrieved from [https://www.oecd.org/dac/stats/DCD-DAC\(2016\)3-ADD2-FINAL%20-ENG.pdf](https://www.oecd.org/dac/stats/DCD-DAC(2016)3-ADD2-FINAL%20-ENG.pdf)
- Petri, H (2016), Short guide to the use of Rio markers [available] <https://europa.eu/capacity4dev/public-environment-climate/minisite/tools-and-methods/short-guide-use-rio-markers>
- UNDRR and CIMA (2018). São Tomé and Príncipe Disaster Risk Profile. Retrieved from <http://africa.cimafoundation.org/documents/1090>
- United Nations. (2015). Sendai framework for disaster risk reduction 2015-2030. Retrieved from https://www.undrr.org/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf
- Van Aalst, M, Kellett, J., Pichon, F. and Mitchell, T. (2013). Incentives in Disaster Risk Management and Humanitarian Response. Retrieved from http://siteresources.worldbank.org/EXTNWDR2013/Resources/8258024-1352909193861/8936935-1356011448215/8986901-1380568255405/WDR14_bn_Incentives_in_disaster_risk_management_vanAalst.pdf

Anexo I. Metodologia de Revisão do Orçamento Sensível ao Risco

A aplicação UNDRR de marcador de políticas OECD-DAC: uma visão geral

A execução do RSBR para cada país envolve várias etapas, a primeira delas para acessar os orçamentos baseados em programas. Para a maioria dos países (13 em 16), as informações orçamentais estão prontamente disponíveis on-line (geralmente através do portal da web do Ministério das Finanças). As informações orçamentais dos Camarões e da Costa do Marfim foram compartilhadas por alguns participantes durante os workshops nacionais de RRD organizados pelo UNDRR, respectivamente, em Yaoundé e Abidjan, ambos em 2018. No caso da Guiné-Bissau, os consultores conseguiram acessar através de sua conexão com o Ministério das Finanças. Para obter uma nota metodológica mais detalhada sobre a solicitação do UNDRR, consulte o documento complementar “Uma nota de orientação metodológica sobre revisões orçamentais sensíveis ao risco”.

Uma vez que os dados do orçamento são garantidos, aplica-se a metodologia de marcador da OCDE para identificar as componentes de RRD dos orçamentos. Isso envolve a revisão dos orçamentos nacionais mais recentes disponíveis (consulte a Tabela 1) em várias etapas:

Etapa 1: Revisão do desempenho geral de cada ministério / instituição em seus respectivos programas.

Etapa 2: Revisão das metas e resultados das políticas que devem ser providenciadas para os elementos de RRD. Isso orienta o autor na revisão das alocações de orçamento em cada programa e subprograma.

Etapa 3: Analisar as actividades do subprograma que possuem elementos de RRD e categorizá-las de acordo com as quatro categorias principais RRD - Prevenção e mitigação de riscos, Preparação, Resposta ealívio e Reconstrução e Recuperação.

Etapa 4: As mesmas actividades do subprograma são posteriormente categorizadas de acordo com os objectivos da política RRD - Principal, Significativa e Não Direcionada e são ponderadas usando as diretrizes de ponderação do Marcador Rio OCDE-DAC (“Principal” = 100%, “Significativa” = 40% e Não – DRR = 0%).

O marcador da política depende da disponibilidade da documentação em relação aos objectivos da política e em relação às actividades de gastos; portanto, a qualidade dos resultados depende, principalmente, da qualidade da documentação dos orçamentos em relação à RRD. Em geral, quanto mais desagregado e documentado o orçamento a nível da actividade, mais precisa é a marcação. De facto, o nível de desagregação varia de um país para outro.¹¹

Embora os objectivos do programa sejam declarados em 14 dos 16 orçamentos, a Tabela A1 revela que a desagregação das actividades é feita apenas para metade dos países. Na maioria dos casos (13 em 16), os documentos financeiros disponíveis reflectem exclusivamente recursos do orçamento doméstico; Angola, Costa do Marfim e Guiné-Bissau são exceções (recursos internos e externos são apresentados nos orçamentos).

¹¹ Um aspecto interessante da desagregação é se as autoridades governamentais locais têm os seus próprios orçamentos, para além dos orçamentos nacionais. Em 13 casos em 16, os países têm apenas orçamentos nacionais (exceções são Angola, Ruanda e a R.U. Tanzânia).

O principal desafio enfrentado durante o RSBR é que os programas e as actividades geralmente não são classificados / codificados para a RRD, nem são suficientemente descritos. Isso dificulta a identificação de toda a gama de actividades que podem estar relacionadas à RRD no orçamento. Para alguns países como Angola, as despesas orçamentárias simplesmente não são codificadas; isso exige que os títulos das despesas sejam vinculados por anos diferentes para executar o RSBR.

Considerando esses desafios e os 13 países apenas com orçamentos nacionais, a visão geral da RSBR mostra que, em média, um país possui 27 Ministérios, Departamentos e Agências (MDAs) nacionais, dos quais 11 têm gastos com RRD (principal ou significativo).

Além disso, 9 dos 16 países têm um orçamento específico alocado à administração responsável pela RRD. Esse orçamento específico sempre representa uma fração do total de gastos em RRD, dada a natureza transversal das actividades de DRM / RRD.

As mudanças climáticas são um importante factor subjacente ao risco de calamidades; é importante entender se os governos adoptam medidas de adaptação às mudanças climáticas (ACC). Nessa perspectiva, a Tabela A1 apresenta o número de países com gastos relacionados à ACC, marcados como "principal" (8 países) ou medidas "significativas" de RRD (2 países). Vale ressaltar que 6 dos 16 países não planejam gastos com a ACC.

Tabela A1: Uma visão geral de UNDRR de RSBR

País	Cobertura da Análise RSBR		Fonte do orçamento	Nível de Desagregação		Carteira de agências DRR	Adaptação à Mudança Climática (CCA)	Setores marcados DRR/DRM*			
	Período	# de MDAs (Ministérios, Departamentos, Agências)		# de DRR marcadas MDAs	Recurso orçamental tomado em conta na análises [^]			Os objectivos do programa estão claramente definidos no orçamento?	Os objectivos do programa estão desagregados em relação às actividades?	O orçamento da agência DRR foi marcado?	Como é que a mudança climática foi marcada nos orçamentos?
Angola	2017a 2019	66	40	Doméstico/ Estrangeiro	Não	Sim*	Principal	Principal	Significante	Significante	Significante
Botswana	2014/15 a 2018/19	25	9	Doméstico	Sim	Não	NA	Significante	Significante	Significante	Significante
Camerões	2019	54	13	Doméstico	Sim	Sim	Principal	Significante	Principal	Significante	Significante
Côte d'Ivoire	2016 a 2018	38	29	Doméstico/ Estrangeiro	Sim	Não	Principal	Significante	Significante	Significante	Significante
Guiné Equatorial	2016 a 2018	21	5	Doméstico	Sim	Sim	NA	Significante	Significante	Significante	Significante
Eswatini (o Reino de)	2014/15 a 2018/19	35	12	Doméstico	Sim	Não	Principal	Principal	Significante	Significante	Significante
Gabão	2014 a 2017	21	9	Doméstico	Sim	Não	Significant	Significante	Significante	Significante	Significante
Gambia (A)	2014 a 2017	19	5	Doméstico	Sim	Não	NA	Significante	Significante	Significante	Significante
Gana	2016 a 2018	29	8	Doméstico	Sim	Sim	Principal	Significante	Significante	Significante	Principal
Guiné Bissau	2015 a 2018	23	7	Doméstico/ Estrangeiro	Não	Não	Principal	Principal	Significante	Significante	Nenhuma
Quênia	2013/14 a 2016/17	23	10	Doméstico	Sim	Não	Principal	Principal	Principal	Significante	Principal
Namíbia	2014/15 a 2018/19	35	8	Doméstico	Sim	Sim	NA	Significante	Significante	Significante	Significante
Ruanda	2016/17 a 2018/19	56	42	Doméstico	Sim	Não	Significante	Significante	Significante	Significante	Significante
São Tomé e Príncipe	2014 a 2017	11	7	Doméstico	Sim	Não	NA	Significante	Significante	Significante	Significante
R.U.Tanzania	2016/17 a 2018/19	93	48	Doméstico	Sim	Não	Principal	Significante	Significante	Significante	Significante
Zâmbia	2015 a 2017	27	21	Doméstico	Sim	Sim	Principal	Principal	Principal	Significante	Significante

ts no programmes for CCA were found in the RSBR analysis; [^] - all budget analysed were planned budgets

Anexo 2: Tabelas

Tabela A2: Ministérios em São Tomé e Príncipe

No.	Ministries
1	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
2	Ministério da Defesa e Administração Interna
3	Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações
4	Ministério do Emprego e Assuntos Sociais
5	Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul
6	Ministério de Negócios Estrangeiros e Comunidades
7	Ministério da Saúde
8	Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos
9	Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente
10	Ministério da Presidência, Conselho de Ministros e Assuntos Parlamentares
11	Ministério da Juventude e Desportos

Fonte: Guião para a preparação do Orçamento Nacional de 2018, Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul

Tabela A3: Programas e actividades DRR marcados principal por Ministérios

Ministério	Programa DRR Marcado
Ministério da Defesa e Administração Interna	Manutenção de Faróis e Operações Busca e Resgate – Guarda Costeira – Unidade Naval
Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicações	Reabilitação de Escolas em Santa Catarina
Ministério da Saúde	Aquisição de Medicamentos para HIV / SIDA
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	Reabilitação de Infraestruturas para Apoio à Segurança Alimentar

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe

Tabela A4: Programas e actividades DRR marcados por Ministérios

Ministério	Programa DRR Marcadoe
Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural	Programa de Desenvolvimento Agrícola em África (PDAA)-
	Programa de apoio ao Desenvolvimento da Pequena Agricultura Comercial e Pesca Artesanal (PAPAC)
Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Cpmunicações	Programa Nacional de Alimentação e Saúde Escolar National (PNASE-)
	Programa de Escolas Seguras
	Preservação e Valorização da Cultura Nacional
Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente	Plano Nacional de Ordenamento Territorial
	Conclusão e equipamento da Nova Torre de Observação Metereológica
	Dreino Adjacente da Escola Sra Maria de Jesus
	Reabilitação da Ponte sobre o Rio Lembá
Ministério da Saúde	Vigilância Epidemiológica
	Emergências Sanitárias
	Reabilitação do Centro de Saúde dos Angolares
	Aquisição de Tambores Vazios e Instalações de uma Central do Oxigénio
	Aquisição de Produtos Radiológicos para a Zona da Saúde de Água Grande
	Aquisição de Produtos de Estomatologia para a Zona da Saúde de Água Grande
Ministério da Economia e Cooperação Internacional	Agrimensura Cartográfica – Livro Nacional de Endereços (Páginas Amarelas)
Ministério do Emprego e Assuntos Sociiais	Construção e REabilitação de Lares Sociais

Fonte: Cálculos do autor com base nos orçamentos nacionais de 2014 a 2017, Ministério das Finanças, São Tomé & Príncipe



UNDRR

UN Office for Disaster Risk Reduction

www.preventionweb.net/resilient-africa

www.undrr.org

Esta publicação foi elaborada com a assistência da União Europeia.

O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade do Gabinete das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes e de modo algum pode ser interpretado como reflectindo os pontos de vista da União Europeia.

O conteúdo deste documento está sujeito a direitos autorais. Dado que o UNDRR incentiva a divulgação do seu conhecimento, este trabalho pode ser reproduzido, no todo ou em parte, para fins não comerciais, desde que seja feita plena referência à sua origem.

Citação: UNDRR (2020). São Tomé e Príncipe: análise orçamental sensível ao risco.